

E D I T A L

CONVITE Nº 004/2011

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a aquisição de material de expediente necessário ao desenvolvimento das atividades administrativas do Conselho Regional de Medicina do Estado de Alagoas (CREMAL), nos termos deste Edital e seus anexos.

DATA DE ABERTURA: 04/08/2011

HORÁRIO: 15h00

LOCAL: CREMAL, Rua Fausto Correia Wanderley, n.º 90, Pinheiro, Maceió-AL.

CONVITE Nº. 004/2011

REGIDO PELAS LEIS: 8.666/93 e alterações posteriores, 8.078/90 e demais legislações aplicáveis.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR LOTE.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DIA: 04/08/2011.

HORÁRIO: ÀS 15h00.

LOCAL: CREMAL, na Rua Fausto Correia Wanderley, 90, Pinheiro, Maceió-AL.

PREÂMBULO

Prezados Senhores,

A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** do Conselho Regional de Medicina do Estado de Alagoas (**CREMAL**) torna público, para conhecimento de todos os interessados, a realização de Licitação na modalidade **CONVITE**, na data, horário e local acima indicados, em conformidade com o disposto na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

CAPÍTULO I - DO OBJETO

- 1.1 O presente processo licitatório tem como objeto a aquisição de material de expediente necessário ao desenvolvimento das atividades administrativas do CREMAL, nos termos deste Edital e seus anexos;
- 1.2 Deverá ser selecionada a proposta de **MENOR PREÇO POR LOTE**;
- 1.3 As especificações do objeto estão descritas no **ANEXO I** deste Edital;
- 1.4 O Edital e seus elementos constitutivos encontram-se à disposição dos interessados para consulta na recepção do CREMAL e no seu site: www.cremal.org.br.

CAPÍTULO II - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO DOS LICITANTES

- 2.1 Poderão participar do presente Convite empresas fornecedoras de material de expediente e que satisfaçam integralmente às condições estabelecidas neste Edital;
- 2.2 Não poderão concorrer empresas que, por qualquer motivo, tenham sido declaradas inidôneas pelo CREMAL ou por qualquer outro órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como que estejam punidas com a suspensão do direito de licitar, enquanto perdurar a punição ou até que haja sua reabilitação, em data anterior à abertura da licitação.

CAPÍTULO III - DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

- 3.1 No dia, hora e local fixados no preâmbulo deste Edital, cada LICITANTE deverá apresentar à COMISSÃO DE LICITAÇÃO, simultaneamente, sua DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS, em envelopes separados, lacrados, rubricados no fecho, numerados de "01" e "02", respectivamente, contendo em suas partes externas, em caracteres destacados, além da razão social do LICITANTE, os seguintes dizeres:

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE ALAGOAS -
CREMAL**

**CONVITE Nº 004/2011 – CREMAL
ENVELOPE 01 - DOCUMENTAÇÃO**

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE ALAGOAS –
CREMAL**

**CONVITE Nº 004/2011 – CREMAL
ENVELOPE 02 – PROPOSTA DE PREÇO**

- 3.2 Todos os documentos deverão ser numerados em ordem seqüencial e estar dentro do prazo de validade neles indicado pelo órgão expedidor;

- 3.3 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou qualquer processo de autenticação por tabelião de notas ou funcionário do CREMAL, membro da Comissão de Licitação; neste caso deverão ser autenticados até 15 (quinze) minutos antes do início da sessão;
- 3.4 Os representantes e signatários das empresas LICITANTES deverão possuir como CREDENCIAL qualquer um dos seguintes documentos: Procuração, Carta de Apresentação (ANEXO III), Contrato Social ou documento equivalente, que deverá ser apresentado juntamente com um documento de identidade em separado dos envelopes de “DOCUMENTAÇÃO” e “PROPOSTA DE PREÇO”;
- 3.5 Sendo a procuração particular, deverá ser a firma reconhecida em cartório;
- 3.6 Na hipótese de a LICITANTE não apresentar os documentos de credenciamento, ela poderá apenas entregar o envelope das propostas, não tendo voz ativa na reunião;
- 3.7 A LICITANTE é responsável pelas informações prestadas, sendo motivo de inabilitação ou desclassificação a prestação de informações falsas ou que não reflitam a realidade dos fatos. A inabilitação ou desclassificação poderá ocorrer em qualquer fase da licitação e no momento em que a COMISSÃO DE LICITAÇÃO tome conhecimento de fato que desabone a idoneidade da LICITANTE ou que comprove a falsidade das informações prestadas;
- 3.8 Recomenda-se que todos os interessados em participar ativamente das Reuniões de Licitação estejam no local marcado com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos em relação ao horário determinado;
- 3.9 Não se constitui, também, em motivo para inabilitação a Licitante que optar pelo encaminhamento da documentação e das propostas através de mensageiro, Correios (ECT) ou outro meio disponível, desde que preservando o sigilo dos respectivos conteúdos.

CAPÍTULO IV – DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

- 4.1 Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em uma única via, em

envelope fechado, identificado como ENVELOPE 01 e os demais dizeres indicados no item 3.1 do Capítulo III, devendo constar a seguinte documentação:

4.1.1 Quanto à habilitação jurídica

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual e alterações contratuais, que foram registradas na junta comercial; ou
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição dos seus administradores; ou
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício; ou
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.1.2 Quanto à regularidade fiscal:

- a) Prova de inscrição atualizada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da LICITANTE, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ou outra equivalente, compreendendo os seguintes documentos:
 - ci) Certidão atualizada de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, inclusive a Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

- cii) Certidão Negativa atualizada expedida pela Fazenda Estadual, da sede da LICITANTE ou Certidão de não contribuinte;
- ciii) Certidão Negativa atualizada expedida pela Fazenda Municipal da sede da LICITANTE ou Certidão de não contribuinte;
- civ) Certidão Negativa atualizada de Débito - CND, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que a habilite a participar de processos licitatórios promovidos pelo Poder Público;
- cv) Certificado atualizado de Regularidade do Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Em caso da existência de certidão “Positiva” expedida pela Fazenda Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, e CND expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, elas somente serão aceitas, para efeito de habilitação, se contiverem expressamente DECLARAÇÃO passada pelo órgão emitente do documento de que o LICITANTE tomou as medidas de praxe e obteve, portanto, o efeito NEGATIVO nos termos do art. 206 do C.T.N - CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL;
- e) Declaração do Optante pelo Simples Nacional (**ANEXO VI**) conforme Instrução Normativa n.º 480 SRF, se for o caso.

4.1.3 **Quanto à qualificação econômico-financeira:** Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor (estadual) da sede da pessoa jurídica;

4.1.4 **Declaração (ANEXO IV)** de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação e de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e na Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, assinada por representante com poderes para agir em nome da empresa.

CAPÍTULO V – DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 No dia, hora e local fixados neste EDITAL, no Envelope 02, a LICITANTE

apresentará sua PROPOSTA DE PREÇOS por meio de carta redigida no idioma nacional, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is), observando os seguintes requisitos:

- 5.1.1 Ser impressa em papel timbrado da LICITANTE, numerada em ordem sequencial, com o seu nome comercial, endereço, CNPJ, telefone, fac-símile e dados bancários, como também os dados pessoais do responsável pela empresa que irá assinar o contrato tais como: nome, endereço, CPF/MF e RG, mencionando o número e o objeto do CONVITE;
- 5.1.2 Os preços (unitários e total), cotados exclusivamente em moeda nacional corrente, deverão cobrir todas as despesas inerentes ao objeto da presente licitação, incluindo todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, obrigações trabalhistas e previdenciárias, as relacionadas com a medicina e segurança do trabalho, transporte, seguros, e constituirão única remuneração, que lhe será devida pela execução dos serviços adjudicados;
- 5.1.3 O prazo de validade da proposta, em todos os seus termos, será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura da licitação;
- 5.1.4 Cronograma constante no **ANEXO II** prevê a entrega dos seguintes materiais, a ocorrer de **forma fracionada** em intervalos de tempo pré-estabelecidos ou de acordo com as necessidades deste CREMAL:
 - a) Itens 2, 3 e 4: Lote 01;
 - b) Item 1: Lote 03;
 - c) Item 1: Lote 07;
 - d) Item 1: Lote 06;
 - e) Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16: Lote 10.
- 5.1.4.1. **A entrega dos demais materiais**, ou seja, os não-constantess no subitem 5.1.4 acima referido, **deverá ocorrer de uma só vez, num prazo não superior a 15 (quinze) dias**, a contar da data da assinatura do contrato;
- 5.1.5 Apresentar toda a descrição técnica dos seus produtos, podendo anexar folders, folhetos, catálogos, fotos, etc...;

- 5.1.6 A apresentação das propostas implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital.

CAPÍTULO VI – DO JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

- 6.1 O recebimento da DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS das LICITANTES terá lugar no dia, local e hora fixados no preâmbulo deste Edital, em reunião pública que obedecerá ao seguinte procedimento:

6.1.1 Abertura da audiência pelo Presidente da Comissão de Licitação;

6.1.2 Credenciamento dos representantes das LICITANTES;

6.1.3 Recebimento dos envelopes nº. 1 (DOCUMENTAÇÃO) e nº. 2 (PROPOSTA DE PREÇOS);

6.1.4 Assinatura, pelo Presidente da COMISSÃO DE LICITAÇÃO, do livro ou da folha de presença, encerrando-o(a). Após a assinatura do Presidente da Comissão de Licitação, nenhum outro envelope será aceito nem serão permitidos adendos, acréscimos ou esclarecimentos aos já entregues;

6.1.5 Convocação dos representantes das LICITANTES para rubrica nas abas de todos os envelopes nº. 2 (PROPOSTA DE PREÇOS), os quais permanecerão fechados sob a guarda e responsabilidade da COMISSÃO DE LICITAÇÃO;

6.1.6 Abertura de todos os envelopes nº. 1 (DOCUMENTAÇÃO);

6.1.7 Análise e rubrica da documentação pelos representantes das LICITANTES;

6.1.8 Análise pela Comissão de Licitação dos documentos habilitatórios e definição das firmas habilitadas;

- 6.1.8.1 Serão consideradas sumariamente inabilitadas as LICITANTES que deixarem de apresentar qualquer um dos documentos relativos à habilitação jurídica e à regularidade fiscal ou apresentá-los em desacordo com as exigências do presente Edital;
- 6.1.9 Comunicação às LICITANTES do resultado da habilitação;
- 6.1.10 Não havendo recurso e com declaração expressa em ata de sua desistência, a Comissão de Licitação prosseguirá com a abertura dos envelopes nº. 2 (PROPOSTA DE PREÇO) das empresas habilitadas;
- 6.1.11 Havendo recurso, vencida a fase recursal, será marcada nova reunião para análise das propostas comerciais;
- 6.1.12 Abertura dos envelopes nº. 2 (PROPOSTA DE PREÇOS) e rubrica das propostas pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO;
- 6.1.13 Convocação dos representantes das LICITANTES credenciadas para análise e rubrica das propostas contidas nos envelopes abertos;
- 6.1.14 Não havendo recurso, devidamente registrado em Ata, a Comissão de Licitação procederá à análise das propostas, comunicando o resultado de seu julgamento imediatamente às LICITANTES;
- 6.1.15 Havendo recurso e após vencida sua fase, nova reunião será marcada para análise das propostas;
- 6.1.16 Encerramento da(s) reunião(ões), sendo lavrada(s) em ata(s) circunstanciada(s), na(s) qual(is) serão consignadas, detalhadamente, todas as ocorrências verificadas, devendo ser assinada(s) por todos os membros da Comissão de Licitação e pelos representantes credenciados presentes.

CAPÍTULO VII – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 7.1 A COMISSÃO DE LICITAÇÃO analisará, minuciosamente, as PROPOSTAS das LICITANTES habilitadas, julgando-as segundo os critérios estabelecidos neste EDITAL e com observância às normas da Legislação Federal pertinente;
- 7.2 Verificada a exatidão de sua formação, o **MENOR PREÇO POR LOTE** resultante será o único e exclusivo valor considerado para o efeito de julgamento e classificação;
- 7.3 Serão desclassificadas e eliminadas da LICITAÇÃO as PROPOSTAS que não satisfizerem quaisquer dos requisitos exigidos neste EDITAL ou ainda que:
- 7.3.1 Contiverem rasura, emenda, borrão ou ressalvas;
- 7.3.2 Apresentarem preços ou quaisquer condições baseadas em cotações de outra LICITANTE ou, ainda, quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste Edital;
- 7.4 As PROPOSTAS serão julgadas por meio da aplicação do critério de **MENOR PREÇO POR LOTE** proposto;
- 7.5 Havendo empate, a COMISSÃO convocará todas as empresas LICITANTES, marcando dia, horário e local para o desempate, que se fará por meio de sorteio entre as propostas que se igualarem;
- 7.6 Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão dará 08 (oito) dias úteis para apresentação de outros documentos e propostas, escoimadas das causas que as desclassificaram;
- 7.7 Não será levada em conta, para efeito de classificação, qualquer oferta ou vantagem não prevista neste EDITAL ou baseada nas ofertas dos demais LICITANTES;
- 7.8 A COMISSÃO DE LICITAÇÃO poderá desclassificar, em qualquer fase da licitação, PROPOSTAS por fundamento de ordem técnica, jurídica ou administrativa cuja

justificativa fará obrigatoriamente;

7.9 Homologada esta LICITAÇÃO, o seu objeto será contratado com a adjudicatária;

7.10 O resultado da presente licitação será publicado no Diário Oficial da União, após a homologação e adjudicação pela autoridade competente.

CAPÍTULO VIII – DA CONTRATAÇÃO

8.1 Na hipótese de a LICITANTE vencedora, por qualquer circunstância, não atender à notificação para assinatura do Instrumento Contratual, o CREMAL poderá convocar outra LICITANTE para assiná-lo, obedecida a ordem de classificação final, desde que aceitas as mesmas condições da LICITANTE vencedora, inclusive quanto a preços e prazos;

8.2 Correrão por conta da LICITANTE vencedora todas as despesas, registro e outros de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre o Instrumento Contratual;

8.3 Constituirão, como partes integrantes do Instrumento Contratual, o presente EDITAL e seus Anexos, bem como os demais documentos referentes à presente licitação, inclusive a proposta vencedora;

8.4 Para celebrar o contrato, a LICITANTE vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação;

8.5 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições propostas, os acréscimos ou supressões que porventura se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93;

8.6 A participação na LICITAÇÃO implica, para a LICITANTE vencedora, integral e irretratável aceitação dos termos e condições estabelecidas neste EDITAL, obrigando-se à observância do mesmo, das normas técnicas gerais e especiais pertinentes aos serviços licitados, das normas administrativas do CREMAL e da legislação vigente aplicáveis;

8.7 O fornecimento do objeto deste contrato terá como termo inicial a data de sua

assinatura e vigorá até 31 de dezembro de 2011.

CAPÍTULO IX – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 A empresa contratada se obriga a:

- a) Executar o contrato em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos e com os termos da Proposta de Preços;
- b) Emitir nota fiscal com valor bruto caso **NÃO** se enquadre na situação de optante pelo Simples Nacional (Instrução Normativa n.º 480 SRF), efetuando a CONTRATANTE a devida retenção na fonte do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/Pasep;
- c) Submeter-se às disposições legais em vigor;
- d) Manter-se, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações anteriores e as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- e) Verificada a não conformidade do produto, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital;
- f) Observada a legislação em vigor, a qualquer tempo e mediante aditivo próprio, poderá o Contratante promover acréscimos ou supressões no objeto contratado nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93;
- g) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação;
- h) Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.

CAPÍTULO X – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1 O Conselho Regional de Medicina de Alagoas obriga-se a:

- a) Efetuar o pagamento do objeto desta licitação após atesto de seu recebimento e comprovação de sua regularidade por pessoa designada pelo Senhor Presidente para tal;
- b) Comunicar à contratada qualquer irregularidade manifestada na execução do contrato, cobrando sua regularização;
- c) Pagar o estabelecido contratualmente, com a apresentação da Nota Fiscal com o devido aceite, até o 10º (décimo) dia útil após o protocolo do mesmo.

CAPÍTULO XI - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1 As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários previstos para o ano de 2011 para a rubrica **3.3.30.05 – Material de expediente**.

CAPÍTULO XII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Se a contratada recusar-se a assinar o contrato injustificadamente ou, se havendo justificativa, esta não for aceita pelo CREMAL e, ainda, se após a contratação incorrer em inexecução total ou parcial do contrato, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

- a) Advertência, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
- b) Multa moratória em caso de atraso injustificado na entrega do objeto e demais elementos integrantes ou por motivo não aceito pelo CREMAL, calculada sobre o valor empenhado, de acordo com a seguinte tabela:

Dias de atraso	Percentual dia %	Percentual multa %
1º ao 10º dia	0,1	0,1 a 1,0
11º ao 20º dia	0,2	1,2 a 3,0
21º ao 30º dia	0,3	3,3 a 6,0
31º ao 40º dia	0,4	6,4 a 10

41º ao	1,0	11 a 20
--------------	-----	---------

- c) Multa de 2% (dois por cento) do valor total empenhado, em razão de inexecução total ou parcial;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.2 Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 5 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto;

12.3 A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório;

12.4 As multas e sanções poderão ser impostas cumulativamente. As multas, se houver, serão descontadas dos valores devidos à contratada ou cobradas judicialmente.

CAPÍTULO XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 A LICITANTE deverá examinar todas as instruções, anexos e especificações contidas neste EDITAL. A falta no fornecimento de informações exigidas, bem como a apresentação de documentos e propostas que não a atendam será de responsabilidade da empresa proponente e resultará na sua inabilitação ou desclassificação;

13.2 Fica assegurado ao CREMAL o direito, no interesse da Administração Pública, de anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, esta licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente;

13.3 As proponentes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas ao CREMAL e este não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

13.4 As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

13.5 Na contagem de prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o de vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente do CREMAL;

13.6 Não serão considerados motivos para inabilitação ou desclassificação simples omissões ou irregularidades formais na documentação, desde que sejam irrelevantes, não prejudiquem o processamento da licitação, o entendimento da proposta e não firam o direito das demais LICITANTES;

13.7 Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação deste Edital e seus Anexos será atendido pela Comissão de Licitação no horário de expediente do CREMAL;

13.8 Este Edital contém os seguintes **ANEXOS**:

- a) **ANEXO I** – Termo de Referência do Objeto;
- b) **ANEXO II** – Cronograma de entrega de materiais;
- c) **ANEXO III** – Modelo de Procuração;
- d) **ANEXO IV** – Declaração de inexistência de fato superveniente e de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e na Lei nº. 9.854/1999;
- e) **ANEXO V** – Minuta do Contrato;
- f) **ANEXO VI** – Modelo de Declaração do Optante pelo Simples.

13.9 É competente o foro da Justiça Federal de Alagoas para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente licitação.

Maceió, 27 de julho de 2011.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO: Material de expediente.

2. VALIDADE DA PROPOSTA: De 60 (sessenta) dias após a abertura da proposta.

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

LOTE 01

ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS		Quant.
1	LÁPIS N.º 2.	40
2	CANETA ESFEROGRÁFICA, CORPO TRANSPARENTE EM RESINA TERMOPLÁSTICA, BPS GRIP-F TRIANGULAR EM BORRACHA MACIA, ESCRITA FINA, PONTA DE AÇO INOX, ESFERA DE 0,7mm, TINTA À BASE DE ÓLEO, CORANTES E SOLVENTES. CX. C/ 12 UN. TINTA AZUL.	3
3	CANETA ESFEROGRÁFICA ESCRITA MÉDIA, PONTA DE AÇO INOX DE 1mm, TINTA À BASE DE ÓLEO, CORPO TRANSPARENTE C/ ORIFÍCIO CENTRAL. CX. C/ 50 UN. TINTA AZUL.	1
4	CANETA ESFEROGRÁFICA ESCRITA MÉDIA, PONTA DE AÇO INOX DE 1mm, TINTA À BASE DE ÓLEO, CORPO TRANSPARENTE C/ ORIFÍCIO CENTRAL. CX. C/ 50 UN. TINTA PRETA.	2
5	CANETA-MARCADOR P/ CD E DVD, PONTA DE POLIÉSTER 2.0mm, TINTA À BASE DE ÁLCOOL, IDEAL PARA CD, DVD, PLÁSTICOS, VINIL, ACRÍLICOS E VIDROS. COR PRETA.	3
6	CANETA MARCADOR P/ CD E DVD, PONTA DE POLIÉSTER 2.0mm, TINTA À BASE DE ÁLCOOL, IDEAL P/ CD, DVD, PLÁSTICOS, VINIL, ACRÍLICOS E VIDROS. COR AZUL.	3
7	CANETA MARCADOR P/ CD E DVD, PONTA DE POLIÉSTER 2.0mm, TINTA À BASE DE ÁLCOOL, IDEAL PARA CD, DVD, PLÁSTICOS, VINIL, ACRÍLICOS E VIDROS. COR VERMELHA.	2
8	APONTADOR P/ LÁPIS EM PLÁSTICO, COM DEPÓSITO, C/ UMA ABERTURA, LÂMINA EM AÇO TEMPERADO. CORES VARIADAS.	10

LOTE 02

ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS		Quant.
1	CAIXA DE CLIPS N° 2/0, NIQUELADO, REVESTIDO COM ARAME DE AÇO, C/ TRATAMENTO ANTI-FERRUGEM.	60
2	CAIXA DE CLIPS N° 3/0, NIQUELADO, REVESTIDO COM ARAME DE AÇO, C/ TRATAMENTO ANTI-FERRUGEM.	40
3	CAIXA DE CLIPS N° 6/0, NIQUELADO, REVESTIDO COM ARAME DE AÇO, C/ TRATAMENTO ANTI-FERRUGEM.	30
4	CAIXA DE CLIPS N° 8/0, NIQUELADO, REVESTIDO COM ARAME DE AÇO, C/ TRATAMENTO ANTI-FERRUGEM.	30

LOTE 03

ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS		Quant.
1	COLA LÍQUIDA BRANCA, NÃO TÓXICA, LAVÁVEL, EMBALAGEM C/ 90g. ADESIVO À BASE DE PVC C/ SELO DO INMETRO.	20
2	FITA ADESIVA TRANSPARENTE (LARGA), EMPACOTADORA, 50mmx50m.	10
3	FITA CORRETIVA 4,2mmx10m, CORREÇÃO A SECO, ÓTIMA ADERÊNCIA, NÃO TÓXICA, C/ TAMPA PROTETORA.	2
4	BOBINA P/ MÁQUINA DE CALCULAR. MEDIDA: 57mmx60m. COR BRANCA ACETINADA.	10

LOTE 04

ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS		Quant.
1	CÓPIA DE CHEQUE FORMATO 190x160mm, CAPA E FOLHAS INTERNAS EM PAPEL OFF-SET 56g/m2, CONTRACAPA EM KRAFT NATURAL – CELUCAT 80g/m2. BLOCO C/ 100 FOLHAS. COR AMARELA.	20
2	PAPEL-RECADO AUTOADESIVO (POST IT), NOTAS 657. MEDIDA: 76x102mm. BLOCO C/ 100 FOLHAS REPOSICIONÁVEIS E FÁCEIS DE USAR. CORES NEON.	40
3	PAPEL-RASCUNHO TAMANHO 150x198mm EM PAPEL OFF-SET BRANCO 56g/m2. BLOCO C/ 50 FOLHAS LISAS, SEM GRAMPO, COLADO COM COLA HOT MELT VERMELHA PARA FACILITAR O DESTAQUE.	200

LOTE 05

ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS		Quant.
1	GRAMPEADOR DE PAPEL EM METAL, IDEAL P/ GRAMPOS 26/6. TAMANHO GRANDE.	8
2	FITA IMPRESSORA DE CHEQUE COMPATÍVEL C/ EQUIPAMENTOS CMI 600 HASTE CURTA. COMPOSIÇÃO EM PLÁSTICO, FITA DE NYLON PRETA 11mmx10m – 10,9 YDS. TINTA À BASE DE ÓLEO VEGETAL E CORANTE. CX. C/ 2 FITAS E 2 RIBBONS.	3

LOTE 06

ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS		Quant.
1	GRAMPEADOR DE MESA, TAMANHO GRANDE, IDEAL P/ GRAMPOS 9/14mm, QUE GRAMPEIE PELO MENOS 100 FOLHAS.	1

LOTE 07

ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS		Quant.
1	PAPEL BRANCO ALCALINO 75g, MULTIUSO. TAMANHO A4 (210x 297mm). RESMA C/ 500 FOLHAS.	400

LOTE 08

ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS		Quant.
1	PASTA SUSPensa MARMORIZADA, PLASTIFICADA, INCLUINDO VISORES, ETIQUETAS E GRAMPOS TIPO TRILHO EM PLÁSTICO.	50
2	PASTA A-Z, LARGA (80mm), MARMORIZADA, TAMANHO OFÍCIO, FERRAGEM DE ALAVANCA C/ PRESILHA PLÁSTICA P/ TRAVAR. COR PRETA.	50
3	PASTA ARQUIVO MORTO, EM PLÁSTICO POLIONDA, TAMANHO OFÍCIO (350x130x250mm). COR AZUL.	60

4	PASTA-ABA C/ ELÁSTICO, FOSCA, NÃO-POLIONDA, LOMBO FINO, EM PLÁSTICO RESISTENTE. JÁ MONTADA. COR PRETA OU CINZA.	10
5	PASTA-ABA C/ ELÁSTICO, FOSCA, NÃO-POLIONDA, LOMBO MÉDIO (2cm), EM PLÁSTICO RESISTENTE. JÁ MONTADA. COR PRETA OU CINZA.	20
6	PASTA-ABA C/ ELÁSTICO, FOSCA, NÃO-POLIONDA, LOMBO LARGO (4cm), EM PLÁSTICO RESISTENTE. JÁ MONTADA. COR PRETA OU CINZA.	20
7	CAPA PRETA P/ ENCADERNAR, LISA BRILHANTE DE UM LADO E TEXTURIZADA DO OUTRO. TAM. OFÍCIO. PACOTE C/ 100 UN.	3
8	CAPA TRANSPARENTE P/ ENCADERNAR, LISA BRILHANTE DE UM LADO E C/ LINHAS PARALELAS EM RELEVO DO OUTRO. TAM. OFÍCIO. PACOTE C/ 100 UN.	3

LOTE 09

ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS		Quant.
1	LIVRO DE ATA, FORMATO 300x217mm, CAPA E CONTRACAPA EM PAPELÃO 1.250g/m2 REVESTIDO DE PAPEL OFF-SET 56g/m2, MIOLO EM PAPEL OFF-SET 56g/m2. CONTÉM 50 FOLHAS NUMERADAS.	5

LOTE 10

ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS		Quant.
1	CARTUCHO ORIGINAL N.º 21 (PRETO), P/ IMPRESSORA HP DESKJET. VOLUME: 5ml.	75
2	CARTUCHO ORIGINAL N.º 22 (TRICOLOR), P/ IMPRESSORA HP DESKJET. VOLUME: 5ml.	25
3	CARTUCHO ORIGINAL N.º 74 (PRETO), P/ IMPRESSORA HP DESKJET. VOLUME: 4,5ml.	35
4	CARTUCHO ORIGINAL N.º 75 (TRICOLOR), P/ IMPRESSORA HP DESKJET. VOLUME: 3,5ml.	10
5	CARTUCHO ORIGINAL N.º 88 (PRETO), P/ IMPRESSORA HP OFFICEJET. VOLUME: 20,5ml.	15
6	CARTUCHO ORIGINAL N.º 88 (AMARELO), P/ IMPRESSORA HP OFFICEJET. VOLUME: 9ml.	8
7	CARTUCHO ORIGINAL N.º 88 (MAGENTA), P/ IMPRESSORA HP OFFICEJET. VOLUME: 9ml.	8
8	CARTUCHO ORIGINAL N.º 88 (CYAN), P/ IMPRESSORA HP OFFICEJET. VOLUME: 9ml.	8
9	CARTUCHO ORIGINAL N.º 920 XL (PRETO), P/ IMPRESSORA HP OFFICEJET. VOLUME: 25ml.	8
10	CARTUCHO ORIGINAL N.º 920 (AMARELO), P/ IMPRESSORA HP OFFICEJET. VOLUME: 6ml.	8
11	CARTUCHO ORIGINAL N.º 920 (MAGENTA), P/ IMPRESSORA HP OFFICEJET. VOLUME: 6ml.	8
12	CARTUCHO ORIGINAL N.º 920 (CYAN), P/ IMPRESSORA HP OFFICEJET. VOLUME: 6ml.	8
13	CARTUCHO ORIGINAL N.º 940 XL (PRETO), P/ IMPRESSORA HP OFFICEJET. VOLUME: 49ml.	20
14	CARTUCHO ORIGINAL N.º 940 (AMARELO), P/ IMPRESSORA HP OFFICEJET. VOLUME: 10ml.	8
15	CARTUCHO ORIGINAL N.º 940 (MAGENTA), P/ IMPRESSORA HP OFFICEJET. VOLUME: 10ml. .	8
16	CARTUCHO ORIGINAL N.º 940 (CYAN), P/ IMPRESSORA HP OFFICEJET. VOLUME: 10ml.	8
17	MOUSE USB. DESIGN ERGONÔMICO. FÁCIL INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO. TECNOLOGIA ÓTICA. 3 BOTÕES. BOTÃO CENTRAL DE ROLAGEM. RESOLUÇÃO 800dpi E COMPATÍVEL C/ TODOS OS SISTEMAS WINDOWS.	6
18	TECLADO USB PADRÃO ABNT2, PORTUGUÊS PORTUGAL. CONTROLE MULTIMÍDIA. ERGONÔMICO. MATERIAL: POLIURETANO INJETÁVEL. À PROVA DE RESPINGOS. SILENCIOSO AO DIGITAR. 107 TECLAS COMUNS + 11 TECLAS ESPECIAIS. COR PRETA.	5

LOTE 11

ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS		Quant.
1	TONER ORIGINAL P/ IMPRESSORA HP COLOR LASERJET CP3525dn, COR PRETA – 250A.	4

2	TONER ORIGINAL P/ IMPRESSORA HP COLOR LASERJET CP3525dn, COR MAGENTA – 253A.	2
3	TONER ORIGINAL P/ IMPRESSORA HP COLOR LASERJET CP3525dn, COR AMARELA – 252A.	3
4	TONER ORIGINAL P/ IMPRESSORA HP COLOR LASERJET CP3525dn, COR CYAN – 251A.	2

LOTE 12

ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS		Quant.
1	TONER 1170D ORIGINAL P/ COPIADORA RICOH AFÍCIO MP 171 SPF.	12

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ANEXO II

CRONOGRAMA DE ENTREGA DE MATERIAIS

LOTE 01

ITEM	QUANTIDADE	FRACIONAMENTO DA ENTREGA
2	3	Entrega em REMESSA ÚNICA no mês de DEZEMBRO.
3	1	Entrega em REMESSA ÚNICA no mês de DEZEMBRO.
4	2	Entrega em REMESSA ÚNICA no mês de DEZEMBRO.

LOTE 03

ITEM	QUANTIDADE	FRACIONAMENTO DA ENTREGA
1	20	02 entregas de 10: a 1ª remessa com ENTREGA IMEDIATA após a assinatura do contrato e a outra, no mês de DEZEMBRO.

LOTE 07

ITEM	QUANTIDADE	FRACIONAMENTO DA ENTREGA
1	400	02 entregas: a 1ª remessa de 100 unds. com ENTREGA IMEDIATA após a assinatura do contrato e a outra de 300 unds., no mês de DEZEMBRO.

LOTE 10

ITEM	QUANTIDADE	FRACIONAMENTO DA ENTREGA
1	75	02 entregas: a 1ª remessa de 38 unds. com ENTREGA IMEDIATA após a assinatura do contrato e a outra de 37 unds., no mês de DEZEMBRO.
2	25	02 entregas: a 1ª remessa de 13 unds. com ENTREGA IMEDIATA após a assinatura do contrato e a outra de 12 unds., no mês de DEZEMBRO.
3	35	02 entregas: a 1ª remessa de 18 unds. com ENTREGA IMEDIATA após a assinatura do contrato e a outra de 17 unds., no mês de DEZEMBRO.
4	10	02 entregas de 05 unds.: a 1ª remessa com ENTREGA IMEDIATA após a assinatura do contrato e a outra, no mês de DEZEMBRO.
5	15	02 entregas: a 1ª remessa de 08 unds. com ENTREGA IMEDIATA após a assinatura do contrato e a outra de 07 unds., no mês de DEZEMBRO.
6	8	02 entregas de 04 unds.: a 1ª remessa com ENTREGA IMEDIATA após a assinatura do contrato e a outra, no mês de DEZEMBRO.
7	8	02 entregas de 04 unds.: a 1ª remessa com ENTREGA IMEDIATA após a assinatura do contrato e a outra, no mês de DEZEMBRO.
8	8	02 entregas de 04 unds.: a 1ª remessa com ENTREGA IMEDIATA após a assinatura do contrato e a outra, no mês de DEZEMBRO.
9	8	02 entregas de 04 unds.: a 1ª remessa com ENTREGA IMEDIATA após a assinatura do contrato e a outra, no mês de DEZEMBRO.
10	8	02 entregas de 04 unds.: a 1ª remessa com ENTREGA IMEDIATA após a assinatura do contrato e a outra, no mês de DEZEMBRO.
11	8	02 entregas de 04 unds.: a 1ª remessa com ENTREGA IMEDIATA após a assinatura do contrato e a outra, no mês de DEZEMBRO.

12	8	02 entregas de 04 unids.: a 1ª remessa com ENTREGA IMEDIATA após a assinatura do contrato e a outra, no mês de DEZEMBRO.
13	20	02 entregas de 10 unids.: a 1ª remessa com ENTREGA IMEDIATA após a assinatura do contrato e a outra, no mês de DEZEMBRO.
14	8	02 entregas de 04 unids.: a 1ª remessa com ENTREGA IMEDIATA após a assinatura do contrato e a outra, no mês de DEZEMBRO.
15	8	02 entregas de 04 unids.: a 1ª remessa com ENTREGA IMEDIATA após a assinatura do contrato e a outra, no mês de DEZEMBRO.
16	8	02 entregas de 04 unids.: a 1ª remessa com ENTREGA IMEDIATA após a assinatura do contrato e a outra, no mês de DEZEMBRO.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI Nº. 9.854/1999

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

Maceió, xx de xxxxxxxx de 2011.

**Ao
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DE ALAGOAS - CREMAL**

Referência: Convite Nº 004/2011

Prezados Senhores,

Declaramos, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fato impeditivo de habilitação e que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições constantes no presente Edital e seus anexos.

Declaramos, também, não possuímos em nosso quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei nº 9.854/99).

FIRMA LICITANTE/CNPJ

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO V

MINUTA DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE A SER CELEBRADO ENTRE O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE ALAGOAS E A EMPRESA xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, NA FORMA ABAIXO:

O **CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE ALAGOAS**, Entidade de Fiscalização da Profissão Médica, instituído pela Lei n.º 3.268, de 30 de setembro de 1957 e regulamentado pelo Decreto n.º 44.045, de 19 de julho de 1958, localizado à Rua Fausto Correia Wanderley, 90, Pinheiro – Farol, Maceió-AL, CNPJ n.º 10.884.377/0001-04, por intermédio de seu representante legal, consoante delegação de competência conferida pela Lei n.º 3.268/57, neste ato representado pelo seu Presidente **FERNANDO DE ARAÚJO PEDROSA**, brasileiro, casado, médico, portador da Carteira de Identidade n.º 286889, CPF n.º 210.091.804-44, doravante denominado **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, devidamente inscrita no CNPJ n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sediada na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CPF. n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CI xxxxxxxxxxxxxxxx, Órgão Expedidor xxxxxxxxxxxx, doravante denominado **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, de acordo com a Lei n.º 8.666/93, suas alterações e demais legislação aplicável, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem como objeto, na forma e condições abaixo referidas, a aquisição de material de expediente para o Conselho Regional de Medicina do Estado

de Alagoas.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1 O presente contrato é firmado em decorrência do processo de **Convite**, respaldado no artigo 22, da Lei nº. 8666/93.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

3.1 Constituem parte integrante do contrato os seguintes documentos, cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento:

a) Edital modalidade Convite nº. 004/2011;

b) Propostas e documentos que integram o processo, firmados pela CONTRATADA.

3.2 Em caso de divergência entre os documentos integrantes e o contrato, prevalecerá este último;

3.3 Os documentos supracitados são considerados suficientes para, em complemento deste contrato, definir a sua intenção e, desta forma, reger a execução adequada do objeto CONTRATADO dentro dos mais altos padrões da técnica atual;

3.4 Em caso de dúvidas da CONTRATADA na execução deste contrato, estas devem ser dirimidas pelo CONTRATANTE, de modo a atender às especificações apresentadas como condições essenciais a serem satisfeitas.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE FORNECIMENTO E SUA EXECUÇÃO

4.1 Está previsto em Cronograma o fornecimento pela CONTRATADA dos materiais a que se refere o subitem 5.1.4 do presente edital;

4.1.1 O fornecimento dos materiais não incluídos no disposto acima será prestado pela contratada, em uma só vez, em prazo não superior a 15 (quinze) dias após a data de assinatura deste instrumento;

4.2 O objeto será recebido e fiscalizado por pessoa para tal designada pelo Senhor

Presidente que, o encontrando regular, atestará seu aceite.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 O valor global deste Contrato é R\$ xxxxxxxxx (xxxxxxxxxxx), referente à aquisição dos materiais dos Lotes xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx;

5.2 Caso a empresa **NÃO** seja optante pelo Simples Nacional (Instrução Normativa n.º 480 SRF), efetuará a CONTRATANTE a devida retenção na fonte do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/Pasep;

5.3 O pagamento será efetuado, em conta-corrente, mediante ordem bancária, até o 10º (décimo) dia útil, contado a partir da apresentação da nota fiscal/fatura, após seu devido atesto;

5.4 No preço estabelecido pela CONTRATADA devem estar incluídos todos os descontos ou despesas tais como: frete, embalagem, impostos, seguros e outros referentes ao fornecimento do objeto contratado.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

6.1 As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária **3.3.30.05 – Material de expediente.**

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 Se a contratada recusar-se a assinar o contrato injustificadamente ou, se havendo justificativa, esta não for aceita pelo CREMAL e, ainda, se após a contratação incorrer em inexecução total ou parcial do contrato, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

a) Advertência, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;

- b) Multa moratória em caso de atraso injustificado na entrega do objeto e demais elementos integrantes ou por motivo não aceito pelo CREMAL, calculada sobre o valor empenhado, de acordo com a seguinte tabela:

Dias de atraso	Percentual dia %	Percentual multa %
1º ao 10º dia	0,1	0,1 a 1,0
11º ao 20º dia	0,2	1,2 a 3,0
21º ao 30º dia	0,3	3,3 a 6,0
31º ao 40º dia	0,4	6,4 a 10
41º ao	1,0	11 a 20

- c) Multa de 2% (dois por cento) do valor total empenhado, em razão de inexecução total ou parcial;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.2 Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 5 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto;

7.3 A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório;

7.4 As multas e sanções poderão ser impostas cumulativamente. As multas, se houver, serão descontadas dos valores devidos à contratada ou cobradas judicialmente.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 A empresa contratada se obriga a:

- a) Executar o contrato em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos e com os termos da Proposta de Preços;
- b) Emitir nota fiscal com valor bruto caso **NÃO** se enquadre na situação de optante pelo

Simples Nacional (Instrução Normativa n.º 480 SRF), efetuando a CONTRATANTE a devida retenção na fonte do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/Pasep;

- c) Submeter-se às disposições legais em vigor;
- d) Manter-se, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações anteriores e as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- e) Verificada a não conformidade do produto, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital;
- f) Observada a legislação em vigor, a qualquer tempo e mediante aditivo próprio, poderá o Contratante promover acréscimos ou supressões no objeto contratado nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93;
- g) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação;
- h) Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de idoneidade exigidas nesta licitação;
- i) Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 O Conselho Regional de Medicina de Alagoas obriga-se a:

- a) Efetuar o pagamento do objeto desta licitação após atesto de seu recebimento e comprovação de sua regularidade por pessoa designada pelo Senhor Presidente para tal;
- b) Comunicar à contratada qualquer irregularidade manifestada na execução do contrato, cobrando sua regularização;
- c) Pagar o estabelecido contratualmente, com a apresentação da Nota Fiscal de venda com o devido aceite, até o 10º (décimo) dia útil após o protocolo do mesmo.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

10.1 O fornecimento do objeto deste contrato terá como termo inicial a data de sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro de 2011.

11. CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO

11.1 O contratante ou a contratada poderá rescindir o contrato, de pleno direito, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, respondendo a parte infratora pelos prejuízos que causar à outra.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO EXECUTOR DO CONTRATO

12.1 O Executor do Contrato será o **Sr. Dr. Fernando de Araújo Pedrosa**, Presidente do Conselho Regional de Medicina de Alagoas - CREMAL, na forma do Artigo 112, da Lei Nº. 8.666, de 21.06.93, observadas as disposições do Parágrafo Único do mesmo artigo.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 Fica eleito o foro da Justiça Federal de Maceió-AL, para a solução de quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma prevista pelo art. 61 da Lei nº 8.666/93;

14.2 Os casos omissos e eventuais dúvidas deverão ser resolvidos entre as partes e serão objeto de aditivo ao presente contrato, quando couber.

Por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato lavrado em 03 (três) cópias de igual forma e teor, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nomeadas para que produza seus jurídicos efeitos.

Maceió – AL, xx de XXXXX de 2011.

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DE ALAGOAS - CREMAL
CONTRATANTE**

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME (RG)

NOME (RG)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DO OPTANTE PELO SIMPLES

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

Maceió, xx de xxxxxxxx de 2011.

**Ao
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DE ALAGOAS - CREMAL**

Referência: Convite N° 004/2011

Da Instrução Normativa SRF 480, de 15 de dezembro de 2004.

DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE DO INCISO XI DO ART. 3º

(Nome da empresa), com sede à (Endereço da empresa), inscrita no (CNPJ da empresa), DECLARA ao CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE ALAGOAS – CREMAL, para fins de não-incidência na fonte do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei n.º 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e contribuições devidos pelas Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) – Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar n.º 123, de 24 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I – preenche os seguintes requisitos:

a) Conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data de emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial.

b) Cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente.

II – O signatário é representante legal desta empresa, assumindo o

compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à entidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei n.º 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativa à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (1º da Lei n.º 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data

Assinatura do responsável

CARIMBO DO CNPJ